



## AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A ATUAÇÃO DO(A) PSICÓLOGO(A) EM UM PRESÍDIO FEMININO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ana Clara Zalasik Silva - Univali

[a.nazala@hotmail.com](mailto:a.nazala@hotmail.com)

Maiara Pereira Cunha - Univali

Mayara Nogueira de Araujo - Univali

Thayse Elis Salvalagio - Univali

**RESUMO:** No Sistema Prisional brasileiro, o profissional psicólogo deve praticar o exercício dos Direitos Humanos para com a pessoa em privação de liberdade e ter como apoio uma visão crítica da realidade social, que possibilite mudanças no modo de vida desses sujeitos de forma não patológica e classificatória. Para tanto, o Conselho Federal de Psicologia produziu um documento de Referências Técnicas para atuação das(os) Psicólogas(os) no Sistema Prisional, a partir da metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). A disciplina de Políticas Públicas, do curso de Psicologia, da Universidade do Vale do Itajaí, proporcionou o presente trabalho, que teve como objetivo analisar e discutir as contribuições da Psicologia no sistema prisional brasileiro, tendo como base o CREPOP. Para a coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado em maio de 2018 com a psicóloga de um Presídio Feminino de Santa Catarina. Os relatos foram gravados em áudio e transcritos para análise de conteúdo, surgindo os seguintes temas: 1) Atuação da psicóloga nesse contexto; 2) Dificuldades encontradas pela psicóloga; 3) Percepção da psicóloga sobre as mulheres no cárcere. Os resultados obtidos neste trabalho entram em concordância com o CREPOP nas dificuldades encontradas pela profissional de psicologia, tais como a falta de espaço físico, plano de carreira e de salários. Em relação a visão que a psicóloga tem para com as mulheres em privação de liberdade, estabelece uma relação de confiança e respeito com as mesmas. Porém, há discrepância na atuação da profissional que, pelo CREPOP, inclui atividades a qual não realiza, como grupos terapêuticos, oficinas de arte e cultura, ações de prevenção de saúde mental, prevenção de uso abusivo de dependências químicas, dentre outras. Por tanto, verificou-se a necessidade de inserir esse assunto durante o curso de Psicologia e promover a intersectorialização entre Psicologia e Direito, para ampliar o tema dentro e fora da academia. Assim, acredita-se que a atuação do psicólogo, por meio de ações pautadas nos Direitos Humanos, contribui para o fortalecimento da garantia de direitos da população atendida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos humanos; Sistema Prisional; Presídio feminino; Psicologia.